

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA INSTITUTO DE ECONOMIA E  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**KAREN MUNIZ SANTOS**

**A INFLUÊNCIA DA CHINA NO BRASIL: PARCERIA ECONÔMICA OU  
ESTRATÉGIA DE DEFESA?**

**UBERLÂNDIA  
2024**

**KAREN MUNIZ SANTOS**

**A INFLUÊNCIA DA CHINA NO BRASIL: PARCERIA ECONÔMICA OU  
ESTRATÉGIA DE DEFESA?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para a obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais à Universidade Federal de Uberlândia (MG) pela banca examinadora formada por:

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sandra Aparecida Cardozo - UFU**

---

**Prof. Dr. Laurindo Paulo Ribeiro Tchinama - UFU**

---

**Prof. Me. Erwin Pádua Xavier - UFU**

# A INFLUÊNCIA DA CHINA NO BRASIL: PARCERIA ECONÔMICA OU ESTRATÉGIA DE DEFESA

## CHINA'S INFLUENCE IN BRAZIL: ECONOMIC PARTNERSHIP OR DEFENSE STRATEGY

### RESUMO

Este artigo examina a relação entre China e Brasil, investigando se a presença chinesa é predominantemente uma parceria econômica ou se também envolve aspectos de estratégia de defesa. O estudo analisa a ascensão da China como um importante parceiro comercial do Brasil, ressaltando os benefícios dessa colaboração econômica. Além disso, explora como essa relação pode estar vinculada a estratégias de defesa e considera a reação dos EUA diante do fortalecimento desse vínculo nos últimos anos. Para o alcance dos objetivos apresentados, o presente trabalho seguirá o método hipotético-dedutivo, sob a perspectiva da hermenêutica. Como resultado conclui-se que o Brasil está atualmente inserido nas esferas de influência das duas principais potências globais, os EUA e a China. A perspectiva para a política externa brasileira nos próximos anos parece direcionada a buscar um equilíbrio pragmático nessa relação, visando tirar o máximo proveito de ambas as partes. Enquanto a estratégia chinesa se concentra no desenvolvimento dos países parceiros como um meio fundamental para assegurar a paz. À primeira vista, pode parecer provocativa em relação aos EUA, mas na verdade, é uma resposta à crescente presença estadunidense na Ásia desde o fim da Guerra Fria, visando um equilíbrio no cenário internacional. Conclui-se que, não há necessidade de alarde na relação sino-brasileira, pois há uma tendência maior para uma abordagem de cooperação Sul-Sul, em vez de uma busca por conflitos na região, indicando uma trajetória mais voltada para a cooperação do que para a rivalidade.

**Palavras-chave:** Cooperação em Defesa. China. Brasil. Segurança Internacional. Defesa Nacional. Política Externa.

### ABSTRACT

This article examines the relationship between China and Brazil, investigating whether the Chinese presence is predominantly an economic partnership or if it also involves aspects of defense strategy. The study analyzes the rise of China as an important trade partner for Brazil, highlighting the benefits of this economic collaboration. Additionally, it explores how this relationship might be linked to defense strategies and considers the reaction of the United States to the strengthening of this bond in recent years. To achieve the presented objectives, this work follows the hypothetical-deductive method from a hermeneutic perspective. As a result, it is concluded that Brazil is currently within the spheres of influence of the two major global powers, the USA and China. The outlook for Brazilian foreign policy in the coming years seems to be directed towards seeking a pragmatic balance in this relationship, aiming to derive maximum benefits from both sides. While the Chinese strategy focuses on the development of partner countries as a fundamental means of ensuring peace, at first glance, it may appear provocative towards the USA. However, it is actually a response to the growing American

presence in Asia since the end of the Cold War, aiming for a balance in the international arena. It is concluded that there is no need for alarm in the Sino-Brazilian relationship, as there is a greater tendency towards a South-South cooperation approach rather than seeking conflicts in the region, indicating a trajectory more oriented towards cooperation than rivalry.

**Keywords:** Defense Cooperation. China. Brazil. International Security. National defense. Foreign policy.

## 1. Introdução

Na atualidade, em um mundo multipolar, interconectado e interdependente, as ameaças à segurança de um país podem afetar a segurança de outros, tornando a cooperação em defesa e segurança de suma importância. Os motivos pelos quais os países optam por cooperar podem variar desde a interdependência, a busca por benefícios até a construção de uma confiança mútua. As novas ameaças à segurança que surgiram com a evolução da tecnologia, como ataques cibernéticos e a proliferação de armas nucleares e químicas requerem uma resposta coordenada e cooperativa de vários países para serem enfrentadas com êxito. A cooperação em defesa e segurança pode ajudar a prevenir ou gerenciar esses conflitos, evitando a escalada da violência, fortalecendo a estabilidade e a segurança global, criando um ambiente propício para o desenvolvimento econômico e social. Assim, a cooperação internacional em defesa pode oferecer aos países uma alternativa viável para minimizar custos, garantir sua soberania, e sua segurança no sistema internacional.

Percebe-se a ascensão da China no Sistema Internacional (SI), com investimentos em todas as regiões do mundo. O país tem desempenhado um papel cada vez mais importante no cenário global, especialmente em termos de investimentos. Entre 2005 a 2022 o valor do investimento estrangeiro é de quase 2,5 trilhões de dólares. Embora a chegada da pandemia de COVID-19 em 2020 tenha impactado a economia chinesa e do mundo, a China já mostrou sinais claros de recuperação e retorno ao crescimento econômico. No contexto da defesa e segurança, a China é um membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (ONU), mantendo a maior quantidade de tropas em operações e sendo o segundo maior contribuinte financeiro para operações de paz entre os membros permanentes. Além disso, a China é uma potência militar crescente com um dos maiores orçamentos militares do mundo em 2022, atingindo a marca de US\$229 bilhões. O país tem investido significativamente na modernização e expansão de suas Forças Armadas, incluindo o desenvolvimento de novos sistemas de armas, treinamentos e tecnologias avançadas. Em 2021, o orçamento militar do Brasil foi um pouco mais de US\$23 bilhões (BRASIL, 2022), o que representa uma quantia significativamente menor quando comparado com o orçamento militar da China no mesmo ano (AEI, 2023; U.S. DEPARTMENT OF DEFENSE, 2023).

Nas últimas décadas, a China tem ampliado sua presença no Brasil estabelecendo relações políticas e econômicas mais próximas. O rápido desenvolvimento da economia chinesa resultou em uma crescente demanda por *commodities* para sustentar seu crescimento. Para suprir essa demanda, a China direcionou sua atenção para regiões abundantes em recursos naturais, como o Brasil, fortalecendo os intercâmbios comerciais. Desde 2009, a China tornou-

se o principal parceiro comercial do Brasil e, desde 2012, o maior fornecedor de importações. Há uma forte relação econômica e financeira entre os dois países, evidenciada pelo aumento dos investimentos chineses no mercado brasileiro. Por meio de acordos comerciais, a China tem buscado diversificar suas fontes de matérias-primas com o país. Os dados de exportação de 2021 revelam que na parceria sino-brasileira, a China lidera como destino das exportações brasileiras, representando 31,30% do total exportado, composto principalmente por bens primários (como minerais, vegetais, combustíveis, animais e madeira). Em seguida, os EUA aparecem com 11,16% e a Argentina com 4,23%. Enquanto o Brasil figura como o 19º destino das exportações chinesas, especialmente no setor secundário (máquinas, eletrônicos, produtos químicos, metais e artigos têxteis), na América Latina, está atrás apenas do México, que ocupa a 14ª posição (FERCHEN, 2011; BRASIL, 2011; WITS, 2021).

Em 2022, os investimentos não-financeiros da China no exterior mantiveram-se em cerca de US\$110-120 bilhões, representando um aumento de 2,8%. No Brasil, os investimentos chineses confirmados diminuíram drasticamente para US\$1,3 bilhão. Apesar disso, houve um aumento no número de projetos, especialmente no setor de eletricidade, que representou metade dos empreendimentos chineses no país. No contexto latino-americano, o Brasil atraiu a maior parte dos investimentos chineses, 48% do total dos aportes no subcontinente, superando significativamente outros países da região, os principais setores foram: eletricidade, tecnologia da informação e fabricação de veículos automotores. Além disso, na área espacial, a parceria sino-brasileira é notavelmente sólida, evidenciada pelo programa CBERS (Satélite de Recursos Terrestres China-Brasil), que começou em 1988. Esse programa resultou no lançamento de vários satélites dedicados ao monitoramento ambiental, agrícola e de recursos naturais. Essa parceria demonstra uma cooperação Sul-Sul bem executada, que teve grande contribuição para a consolidação da relação sino-brasileira (CEBC, 2022; RIBEIRO, 2020).

No cenário dos investimentos chineses na América Latina, particularmente no Brasil, observa-se uma mudança de foco significativa. Anteriormente direcionados principalmente para setores tradicionais, como infraestrutura e recursos naturais, os investimentos chineses passaram a se concentrar mais no setor de energia e tecnologia de veículos elétricos. Essa transição reflete a intenção da China e de países latino-americanos em impulsionar a região na direção das energias renováveis. No Brasil, a presença chinesa abrange uma diversidade de setores, com destaque para eletricidade, manufatura e tecnologia da informação. Ao longo dos anos, as relações sino-brasileiras têm testemunhado um movimento das fusões e aquisições tradicionais para investimentos mais focados em áreas estratégicas de transição energética, refletindo uma nova dinâmica na parceria econômica entre essas nações. Esse envolvimento

econômico também se enraíza em interesses políticos, já que a China busca estabelecer sua política de "Uma Só China", limitando relações com países que reconhecem Taiwan. Atualmente apenas 7 países da América Latina e Caribe (ALC) reconhecem a independência de Taiwan, são eles: Guatemala, Haiti, Paraguai, São Vicente, São Cristóvão e Névis, Santa Lúcia e Belize. Recentemente a Nicarágua rompeu relações em 2021 seguida de Honduras em 2023 (CEBC, 2022; BBC, 2021; BBC, 2023).

China e Brasil tem uma relação diplomática sólida, evidenciada por visitas de líderes de ambos os lados e por um diálogo regular em fóruns internacionais, como a ONU, o G20, o BRICS (grupo que reúne Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e o Fórum China-CELAC. Em termos políticos, há uma convergência em certas agendas internacionais, como a defesa do multilateralismo, a reforma das instituições globais e a busca por soluções conjuntas, incluindo mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável. A relação sino-brasileira tem se mostrado uma parceria estratégica importante para ambos os países, impulsionando não apenas o crescimento econômico, mas também a cooperação em diversos campos, contribuindo para a estabilidade e o desenvolvimento na região. Através dos dados apresentados é nítido a parceria estratégica que a China tem com o Brasil. Nesse contexto, torna-se necessário compreender o processo de formulação da política externa chinesa no âmbito da defesa e segurança. Seria a parceria estratégica com o Brasil uma estratégia de defesa chinesa? É importante analisar como o Estado chinês se posiciona e atua em relação aos temas mencionados e como se dá seu processo de formulação da política externa. Com base nisso, as hipóteses levantadas são as seguintes: primeira, a China não tem um real interesse em expandir sua influência na região buscando potenciais aliados em questões de defesa; segunda, a cooperação entre a China e o Brasil está limitada apenas aos interesses econômicos, devido à forte presença dos Estados Unidos, e envolver questões de defesa e segurança desestabilizariam a região. Assim, é crucial analisar o contexto em que essa eventual parceria se encontra inserida.

Na próxima seção abordaremos a evolução das relações China-Brasil após a Guerra Fria, destacando a integração econômica, os investimentos chineses na América Latina, e os desafios para o Brasil, incluindo questões de soberania e a competição comercial. Na terceira seção abordaremos a política externa de defesa da China, destacando seu princípio de não-intervenção, a modernização das Forças Armadas, as parcerias militares globais, e os desafios regionais, incluindo disputas no Mar do Sul da China e tensões com a Índia e Taiwan. Por fim, a quarta analisa a dinâmica entre China, Brasil e EUA, destacando as tensões americanas em relação à aproximação sino-brasileira e as limitações nas parcerias estratégicas. Explora as

estratégias de contenção e cooperação e a posição do Brasil de buscar um equilíbrio pragmático entre as duas potências.

## 2. As perspectivas e desafios da relação bilateral China-Brasil

Após o fim da Guerra Fria, a liderança chinesa sob Jiang Zemin alterou significativamente as políticas, buscando uma integração maior na economia global. Paralelamente, a América Latina passava por transformações profundas, com o fim de governos ditatoriais, adotando políticas neoliberais e vendo o surgimento do novo regionalismo impulsionado por governos de centro-esquerda. A crescente relevância da China para a região foi facilitada pelo recuo do envolvimento dos EUA em meio à “guerra contra o terror”. As relações sino-latino-americanas cresceram rapidamente, com a China utilizando suas reservas estrangeiras e seu mercado interno para sustentar um alto crescimento econômico. Acordos diplomáticos e comerciais bilaterais foram estabelecidos entre China e América Latina, incluindo a entrada da China no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o estabelecimento do Fórum BRICS (com a entrada da África do Sul em 2010). Na segunda década do século XXI, as relações continuaram a crescer, mas enfrentaram mudanças políticas nas lideranças chinesa e norte-americana, com a ascensão de Xi Jinping na China em 2012 e a crescente onda antichinesa por parte do governo de Obama nos EUA. Outros fatores foram a redução na demanda global por *commodities* e o retorno de governos de direita na América Latina, resultando em desafios para a integração regional. Apesar disso, as relações econômicas entre a América Latina e a China continuaram a crescer, ainda que mais lento, mesmo com o declínio do crescimento econômico chinês (IORIS; CEPIK, 2023).

O primeiro *Policy Paper* para a ALC, lançado em 2008, estabeleceu a intenção da China de construir uma parceria abrangente e cooperativa, abordando questões de paz, segurança e possíveis cooperações em defesa, visitas e treinamentos militares desde o início. A busca pela cooperação em segurança surge como uma estratégia para proteger os investimentos chineses e facilitar o fluxo de bens e matérias-primas, sobretudo considerando os cenários de países em desenvolvimento, que enfrentam crises políticas e econômicas intensas. Essa dinâmica impulsiona a China a se engajar cada vez mais em questões de defesa, representando o principal impulso para sua crescente inserção nessas regiões (CHINA, 2016; ALDEN; BARBER, 2018).

Em 2012, a China lançou o *China and Latin America High-Level Defense Forum*, visando fortalecer a compreensão mútua e a colaboração entre as Forças Armadas chinesas e latino-americanas (CHINA, 2019). Em seguida, em 2014, propôs o Fórum China-CELAC, resultando no *China-Latin American and Caribbean Countries Cooperation Plan (2015-2019)*,



focado em várias áreas de cooperação, mas não incluía assuntos de defesa, exceto pela cooperação em segurança cibernética (CHINA, 2015). Posteriormente, em 2016, o *Policy Paper in Latin America and The Caribbean* ressaltou a importância da cooperação Sul-Sul e apresentou a parceria abrangente entre a China e a região através do Fórum China-CELAC, destacando a inclusão de novos temas estratégicos, como cooperação espacial, comunicação, segurança cibernética e aplicação estratégica de cooperação militar.

O documento reafirmou a mesma política que ficou definida no *Policy Paper* de 2008: realizar intercâmbios e cooperação militar; aumentar os diálogos; expandir a cooperação humanitária contra o terrorismo e em tecnologia militar com os países latino-americanos e caribenhos. O documento oferece diversas opções de cooperação em defesa, porém não detalha propostas concretas sobre a expansão dessa colaboração com países específicos. O *CELAC China Joint Plan of Action for Cooperation on Priority Areas (2019-2021)* derivado do Segundo Encontro Ministerial do Fórum China-CELAC, aborda conjuntamente o combate ao terrorismo, crime organizado, segurança cibernética e políticas de desarmamento. A China tem preferido utilizar o termo "cooperação militar" em vez de "cooperação em defesa" em seus documentos oficiais, o que destaca diferenças de nomenclatura que podem dificultar a análise sobre o tema (CHINA, 2016).

A última reunião foi realizada em dezembro de 2021, no encontro virtual, os Estados-membros e a China concordaram em assinar o *China-CELAC Joint Action Plan for Cooperation in Keys Areas (2022-2024)*, que abrangeu os seguintes temas: cooperação política e de segurança, cooperação econômica pragmática, cooperação de infraestrutura de alta qualidade, cooperação em assuntos sociais e culturais e desenvolvimento sustentável. Contudo, similar aos documentos anteriores, não menciona cooperação em defesa. Essa relutância em discutir cooperação em defesa no Fórum China-CELAC difere de outras abordagens multilaterais da China. Isso sugere duas possibilidades: a China pode considerar que a cooperação em defesa não é prioritária na região atualmente, ou os países membros podem não ter aprovado esse tema dentro do fórum (CHINA, 2021).

A Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), lançada em 2004, é um mecanismo de diálogo diplomático entre Brasil e China. Foi criada para coordenar e facilitar discussões entre os diferentes órgãos e atores envolvidos na relação bilateral entre os dois países. Seu objetivo principal é fortalecer a convergência política e ampliar a cooperação em diversas áreas de interesse mútuo, promovendo o desenvolvimento conjunto e avanços sociais para ambos os países. A COSBAN é responsável por estabelecer planos, acordos, tratados e memorandos que visam impulsionar a cooperação bilateral em

diferentes setores. Cada planos e acordos, como os PACs e o Plano Estratégico, delineiam objetivos e metas para direcionar a cooperação sino-brasileira, promovendo a continuidade e o aprofundamento da parceria. A relação entre China e Brasil, que evoluiu ao longo de quase cinquenta anos, reflete o crescimento de ambos no cenário internacional (ROBERTO, 2022).

A China passou de um parceiro distante a uma influência significativa na economia brasileira e nas políticas exteriores. A COSBAN simboliza a profundidade dessa relação, coordenando o diálogo político e econômico entre os países. Este mecanismo é singular, diferenciando-se de outros, e ao longo de suas seis reuniões plenárias, desempenhou um papel crucial no desenvolvimento das relações bilaterais. Planos como os dois PACs e o Plano Decenal de Cooperação delinearam metas e estratégias para essa cooperação, culminando nos atuais Plano Estratégico e Plano Executivo (2022-2031 e 2022-2026, respectivamente), que continuam a fortalecer o diálogo e a cooperação entre Brasil e China. Esses novos planos, lançados em 2022, surgem após um período de tensões políticas entre os dois países, evidenciando a importância de superar desafios para manter e aprofundar essa parceria estratégica (ROBERTO, 2022).

A cooperação sino-brasileira na área da defesa tem sido limitada devido à cautela na construção de relações políticas por ambas as partes. A maior parte do comércio relacionado à defesa está sendo realizado com a Venezuela e outros membros da ALBA (Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América). E embora evite alianças militares formais, a China tem mostrado maior interesse nos países menores do Caribe, especialmente porque na região poucas nações que reconhecem a independência de Taiwan. As dificuldades para estabelecer uma cooperação mais assertiva parecem ser originadas, em primeiro lugar, na estratégia de coordenação da China. No entanto, ao examinar mais detalhadamente, observam-se também desafios que advêm das condições do Brasil em se posicionar sobre o tema (IORIS, CEPIK, 2023; SHOUJUN; CEPIK, 2023).

A crescente presença da China na América Latina e no Caribe representa um desafio complexo para o Brasil. As relações bilaterais entre Brasil e China, consideradas estratégicas desde o governo Itamar Franco e consolidadas no governo Lula, têm gerado benefícios mútuos, especialmente no comércio de *commodities*. No entanto, a ascensão da China como concorrente, tanto comercial quanto politicamente, tem sido evidente na região. O declínio econômico do Brasil, notado durante o governo Dilma Rousseff, e a relativa negligência dos Estados Unidos na América Latina depois de 2001, abriram espaço para a crescente influência chinesa na região. “A crise econômica de 2008 foi o efeito catalisador para a China ocupar espaços cada vez mais importantes nas instituições internacionais e para a sua expansão de

investimentos nas mais diversas regiões do planeta.” (VADELL, 2011, p. 75). O Brasil, antes visto como líder regional, viu sua presença internacional declinar, abrindo espaço para investimentos e projetos chineses na região. A ascensão e expansão do mercado interno chinês afetaram diretamente as relações comerciais do Brasil, demonstrando o desafio representado pela China para o país (PINI, 2015).

Com efeito, percebe-se que a China, ao mesmo tempo que estabelece relações comerciais assimétricas com o Brasil, está aumentando a participação nas importações da região latino-americana, o que se configura como mais um desafio do ponto de vista brasileira, tendo em vista que o mercado latino-americano historicamente é um destino que absorve a produção brasileira de manufaturados. Portanto, a China além de demandar apenas produtos primários do Brasil, ainda representa forte concorrência no tocante a bens industrializados em mercados importantes ao país (PINI, 2015, p. 29).

Um ponto a ser considerado é que a influência econômica crescente da China na América do Sul também tem um lado negativo para o Brasil, pois essa presença tem minado sua liderança regional. Enquanto países menos industrializados, como Chile e Peru, não sentem efeitos imediatos negativos em suas parcerias com a China, a relação entre Brasil e China se assemelha em alguns aspectos mais a uma dinâmica de Norte-Sul (países menos desenvolvidos especializados em exportar *commodities* para uma potência econômica superior). Se compararmos a pauta exportadora do Brasil para a China desde o começo das relações comerciais, vemos que os produtos exportados não mudaram muito, e essa relação se perpetuou através dos anos (VADELL, 2011).

Por sua vez, duas vertentes principais classificam a relação sino-brasileira, a primeira tem como perspectiva de complementaridade, surtem um efeito positivo de ganha-ganha entre as partes. De forma horizontal, a China se coloca em par de igualdade com os outros países em desenvolvimento através da cooperação Sul-Sul, mesmo que atualmente sua economia tenha ultrapassado seus parceiros. A segunda perspectiva afirma que a relação sino-sul-americana seria uma nova forma de dependência. De fato, a expansão do investimento chinês trouxe benefícios de curto prazo para ambas as partes, mas a natureza baseada em *commodities* dessa relação reforça o modelo de desenvolvimento disfuncional na América do Sul (FERCHEN, 2011, p.106).

Em relação aos investimentos diretos chineses, a obtenção de recursos financeiros é fundamental para o desenvolvimento de qualquer economia. Nesse contexto, o financiamento dos projetos de infraestrutura e industrialização ocorre por meio do crédito fornecido por bancos e instituições financeiras, sendo os principais o Banco de Desenvolvimento da China, o Banco de Construção da China e o EximBank chinês. Ainda há certa dificuldade em

determinar o tamanho real dos investimentos chineses na América do Sul, devido à natureza dos investimentos que são realizados principalmente por meio de grandes projetos de infraestrutura e aquisições de empresas (é comum que as empresas chinesas direcionam a maior parte de seus investimentos no exterior por meio de suas filiais estabelecidas em outros países). O investimento estrangeiro chinês (IED) na América Latina tem se mostrado significativo nas últimas décadas, sendo o Brasil, Peru e Chile os principais destinos desses investimentos. O Brasil é tradicionalmente considerado o principal "centro gravitacional" dos investimentos chineses na América Latina, em diversos setores da economia brasileira, como energia, infraestrutura, agronegócio e mineração (JAEGER, 2015).

Nesse contexto, é importante destacar que a infraestrutura é um dos principais pilares da integração regional, promovendo o desenvolvimento e conectando os países de forma duradoura, independentemente das mudanças políticas de curto prazo. Entretanto, essa relação também pode acarretar em “uma espécie de efeito de aprisionamento” pelo qual a infraestrutura financiada e construída pela China amarraria a América do Sul a uma dependência, assim como ocorre com as potências ocidentais (FERCHEN, 2011, p. 116).

Os investimentos em infraestrutura são fundamentais na estratégia chinesa para conter crises, permitindo ao país estabelecer uma presença duradoura e a consolidar sua posição como um parceiro vital para o desenvolvimento, por meio de investimentos em grande escala na América do Sul. A título de exemplo, um grande investimento chinês na região é o programa "*Belt and Road Initiative*" (BRI), que tem financiado e construído importantes projetos de infraestrutura, incluindo portos, ferrovias, usinas hidrelétricas e parques industriais, na qual a América do Sul foi inserida em 2018 (IPEA, 2022).

Dentre os investimentos que a China faz na América do Sul, a *BRI* é um ambicioso plano de infraestrutura e conectividade proposto pela China em 2013, pelo presidente Xi Jinping, com o objetivo de fortalecer os laços comerciais e a cooperação econômica entre a China e várias regiões do mundo, incluindo a América do Sul que passou a integrar a iniciativa no ano de 2018 através do Fórum China-CELAC. Através desse programa, a China busca estabelecer uma extensa rede de rotas comerciais terrestres e marítimas, facilitando o comércio, investimentos e intercâmbios culturais. Para Jenkins (2022) a iniciativa representa:

“uma forma de cooperação internacional destinada a criar um tipo de globalização e desenvolvimento mais inclusivo e equitativo baseado na cooperação ganha-ganha, em contraste com o tipo de globalização liderado pelo Ocidente nos últimos anos” (JENKINS, 2022, p. 14).

Para além do comércio, ao subordinar sua infraestrutura estratégica a uma potência externa, a América do Sul corre o risco de comprometer sua soberania e autonomia na gestão de seus recursos naturais. Os interesses e objetivos de potências externas podem mudar ao longo do tempo, o que é capaz de resultar em uma subordinação dos interesses regionais em favor dos interesses externos. Além disso, há possibilidade de a dependência de uma potência extrarregional levar a uma maior vulnerabilidade da região, a eventuais crises políticas, econômicas ou militares. Qualquer instabilidade ou conflito nessa potência extrarregional poderia ter impactos diretos na região sul-americana. A América do Sul atualmente tem enfrentado um processo de desintegração comercial e fragmentação política. A falta de um alinhamento das agendas políticas, diferenças ideológicas conflitantes e o enfraquecimento das instituições regionais têm contribuído para esse afastamento, dificultando a cooperação entre os países. Isso tem levado a uma falta de consenso em relação a políticas comerciais e a uma diminuição da integração regional (JAEGER, 2015).

Em questões de defesa e segurança, há muitas décadas o Brasil busca por uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU. O país aspira a desempenhar um papel ainda mais relevante no cenário internacional. Essa busca reflete não apenas o desejo por um assento no conselho, mas também a ambição de ser um ator relevante em debates cruciais sobre paz, segurança e direitos humanos em nível mundial. Assim, a criação do Conselho de Defesa na UNASUL foi uma tentativa do Brasil de liderar a agenda de segurança na América do Sul. O objetivo era promover a cooperação regional e estabelecer uma estrutura unificada para lidar com desafios comuns de segurança. No entanto, as divergências políticas e econômicas entre os países membros, entre 2013 e 2014, acabaram minando esses esforços, resultando na paralisia das iniciativas de integração regional. Em paralelo, a relação entre o Brasil e a China também desempenha um papel significativo nesse cenário, “ao se analisar a relação Brasília-Pequim, é importante salientar que a China é muito mais importante para o Brasil, do que o contrário” (PINI, 2015, p. 29). Enquanto o Brasil busca apoio para sua aspiração no Conselho de Segurança da ONU, a China procura fortalecer sua influência regional e global (GONZÁLEZ RODRIGUEZ, 2016; FALCÃO, 2023; PINI, 2015).

### **3. A política externa de defesa chinesa**

A política externa chinesa é baseada no princípio da não-intervenção em assuntos internos de outros países, bem como na promoção da cooperação e do desenvolvimento internacional. Considerando os aspectos os quais a política externa chinesa está baseada, é válido mencionar como o país se projeta em questões de defesa e segurança com seus atuais

parceiros. A China tem se destacado como uma das economias mais importantes do mundo nas últimas décadas, tornando-se a segunda maior economia global, logo atrás dos Estados Unidos. Esse crescimento econômico permitiu que a China alocasse recursos para suas capacidades de defesa e segurança. O país asiático tem investido significativamente em seu orçamento de defesa, com uma das maiores despesas militares do mundo. Esse aumento no orçamento de defesa reflete a crescente importância da China como ator global e suas ambições no cenário internacional. O governo chinês modernizou suas Forças Armadas e expandiu sua presença naval e aérea, buscando proteger seus interesses regionais e globais (PAUTASSO; NOGARA; UNGARETTI; DORIA, 2021).

Desde 2012, a China expandiu consideravelmente sua presença militar internacional, participando ativamente em missões de segurança, intercâmbios militares e estabelecendo parcerias com mais de 150 países, fortalecendo suas relações militares e diplomáticas em uma escala global (CHINA, 2019). A China busca manter uma posição de neutralidade em conflitos internacionais e defende a solução pacífica de disputas através do diálogo e da negociação, conforme destacado no Livro Branco “a nação chinesa sempre amou a paz. Desde o início dos tempos modernos, o povo chinês tem sofrido agressões e guerras e aprendeu o valor da paz e a necessidade premente de desenvolvimento” (CHINA, 2019).

Dessa forma, a política externa chinesa é sustentada pelos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica, sendo eles: respeito mútuo pela integridade territorial e soberania de cada um; não agressão mútua; não interferência mútua dos assuntos internos uns dos outros; igualdade e benefício mútuo; e coexistência pacífica. Esses princípios fazem parte de um acordo estabelecido entre a República Popular da China e a República da Índia em 1954, desde então têm sido incorporados à política externa da China e são frequentemente mencionados como uma base para a diplomacia chinesa (HIRONO, 2018).

Assim, a política externa chinesa é guiada por seus interesses nacionais, influenciada por diretrizes e decisões estratégicas, com metas de médio e longo prazo, como: (a) os cinco princípios de coexistência pacífica de 1954, como já mencionado; (b) a estratégia “*Going Out*” de 1997, cujo objetivo é promover sua economia e expandir sua presença global, encorajando as empresas chinesas a investir em outros países e a buscar novas oportunidades de negócios no exterior; (c) o desenvolvimento pacífico de 2004, uma proposta apresentada pelo então presidente chinês, Hu Jintao, que enfatizava o compromisso chinês em buscar o desenvolvimento econômico, social e político de forma pacífica e cooperativa; (d) a “*Belt and Road Initiative*” (BRI) projeto ambicioso de desenvolvimento e cooperação internacional liderado pela China, visa promover a conectividade e a cooperação, através da construção de

infraestrutura, facilitação do comércio e investimento, intercâmbio cultural e cooperação financeira; e por fim (e) o “*China Dream*” de Xi Jinping, uma expressão cunhada pelo presidente em 2012, o conceito é baseado na ideia de que a China está passando por um grande rejuvenescimento como nação, buscando tornar-se uma sociedade mais justa, próspera e forte, ou seja, é pautada na construção da identidade nacional, pois deseja recuperar a posição de liderança que ocupava no passado (VIEIRA, 2018; FERREIRA, LEITE, SILVA, 2022).

O processo decisório para a cooperação governamental chinesa é liderado pelo próprio Presidente, líder do Partido Comunista e da Comissão Militar Central (CMC), sendo o responsável por direcionar políticas de defesa e operações das Forças Armadas, supervisiona os principais ramos militares, como o Exército de Libertação Popular (ELP) que tem um papel central na política externa. A China está direcionando esforços consideráveis para garantir uma indústria de defesa autossuficiente e para modernizar suas Forças Armadas. Essa abordagem não apenas fortalece a posição militar do país, mas também promove avanços tecnológicos que beneficiam a sociedade. A estratégia chinesa equilibra o aprimoramento militar com a inovação civil, evidenciando um compromisso robusto com o desenvolvimento e a segurança nacional (JI, 2014; SILVA, 2017).

Ao analisarmos sua inserção em regiões como a África e a própria Ásia, é visto que inicialmente o país adota uma cooperação econômica e a partir dessa relação bem consolidada amplia sua cooperação para também questões de defesa e segurança. A visão chinesa sobre segurança e estabilidade de um Estado está profundamente ligada ao desenvolvimento econômico e social como pré-requisitos fundamentais. Acreditam que a paz e a segurança não podem ser alcançadas sem um investimento no desenvolvimento econômico e social de uma nação. A estratégia chinesa enfatiza o desenvolvimento do Estado em conflito como base para a manutenção da paz. No início do século XXI, a China começou a reconsiderar seu envolvimento com países que passavam por conflitos, para incluir a ideia do *state building*, ou seja, não somente garantir a paz como dar aos Estados condições de se estabilizarem (WANG, 2018).

Na verdade, o Livro Branco sobre o Desenvolvimento Pacífico da China (2014) defende o uso de instituições multilaterais para impulsionar o desenvolvimento e a paz, ao mesmo tempo que promove novas alianças estratégicas regionais com o Sul Global. Isso é parte de uma política externa chinesa mais assertiva sob a liderança de Xi Jinping (LI, 2017). Isso se encaixa no debate sobre a abordagem de uma nova grande estratégia chinesa de “lutar pelo sucesso” (You Suo Zuo Wei) (QIN, 2014; YAN, 2014), que representa “uma mudança em direção a uma política externa mais proativa diante dos novos desafios e restrições do mundo atual liderado pelos Estados Unidos” (LI, 2016, p. 21). Segundo Domínguez (2018), a Cooperação Sul-Sul é uma parte essencial da identidade chinesa, pois os princípios fundamentais deste país, começando pelos cinco princípios de convivência pacífica de Zhou Enlai que

sistematizaram o chamado espírito de Bandung, ainda são pilares da doutrina oficial de cooperação chinesa e, portanto, de sua política externa. (VADELL, *et al.* p. 469).

Essa perspectiva é moldada pela própria experiência doméstica da China, marcada por instabilidade social e pobreza em suas comunidades do interior. Fundamentada na ideia do "*development peace*", o desenvolvimento seria a base da segurança, a China teve que investir em políticas para o crescimento econômico, para assegurar a paz e a segurança nacional. Essa visão é evidenciada pela cooperação em defesa entre China e África, especialmente focada em programas de desenvolvimento de recursos humanos, como treinamento especializado para cidadãos africanos em diversas áreas. Isso denota que a China pode estar se atualizando quanto a não interferência em assuntos internos dos outros países, tão tradicionalmente apregoada em sua política externa de defesa (BENABDALLAH, 2016; DUARTE, 2016).

Além disso, a perspectiva da China em relação à segurança e à defesa não se limita apenas às questões internas de desenvolvimento. A nação também está profundamente envolvida em embates regionais que moldam sua postura militar e estratégica. Esses embates incluem disputas territoriais no Mar do Sul da China (MSC), tensões relacionadas à questão de Taiwan e rivalidades geopolíticas com países vizinhos, como a Índia. Diante dessas complexidades regionais, a China tem ampliado a cada ano o seu orçamento militar para fortalecer suas capacidades e preservar sua posição como ator influente no cenário internacional.

No entanto, existem dificuldades em estimar com precisão os gastos militares da China devido à falta de transparência entre os números oficiais e as estimativas externas. A falta de divulgação de certas despesas militares, juntamente com a inclusão de outras despesas não diretamente relacionadas à defesa no orçamento militar, contribui para a dificultar a análise desses gastos. Além disso, a ausência de informações detalhadas sobre preços torna difícil calcular os gastos militares com base na paridade do poder de compra, complicando ainda mais as estimativas. Organizações independentes, que se encarregam de contabilizar esse orçamento, enfrentam obstáculos ao tentar calcular com precisão os gastos militares da China devido a essas limitações. Sabe-se de forma geral que o orçamento militar é alocado principalmente para três áreas: pessoal, treinamento e manutenção, e aquisição de equipamentos (CSIS, 2022).

O que se sabe é que parte desse orçamento é destinado à proteção de suas fronteiras marítimas, em especial o MSC onde está localizado seu centro econômico e comercial. Para lidar com essas questões, a China tem expandido sua presença naval em direção às cadeias de ilhas no Indo-Pacífico, buscando garantir o controle sobre rotas de transporte e fortalecer sua capacidade de defesa territorial. Esse contexto impulsionou o crescimento das forças navais,



aéreas e de mísseis da China, especialmente visando fortalecer sua expansão MSC. Previsões indicam que até 2030, a China terá uma frota naval robusta, aproximadamente dobrando o número de navios de guerra e submarinos da Marinha dos EUA. A ação do governo chinês tem repercussões em escala global, especialmente para países como o Brasil, que dependem do MSC para o comércio internacional, principalmente de petróleo bruto. Para o Brasil, sendo um grande exportador de *commodities*, a MSC é uma via crucial para acessar os mercados asiáticos e são destinos importantes para suas exportações. Qualquer problema na região, como conflitos ou instabilidades, poderia interromper o fluxo de comércio e impactar a economia brasileira, aumentando os custos de transporte e reduzindo a competitividade dos produtos brasileiros nos mercados internacionais (PEREIRA, 2022; SIMÕES, 2019).

A China enfrenta tensões com os países que compartilham o Mar do Sul da China devido a disputas territoriais e marítimas na região. Essas tensões têm sido alimentadas pela expansão assertiva da China em direção às ilhas e recifes disputados, onde tem construído instalações militares e realizando atividades de reivindicação territorial. Países como Vietnã, Filipinas, Taiwan, Malásia e Indonésia têm contestado as reivindicações territoriais chinesas, alegando que estas violam seus direitos soberanos e ameaçam a estabilidade regional. Ainda que enfrem uma enorme dependência econômica da China e uma grande disparidade em termos de potencial militar (a China detém um orçamento de defesa superior ao de todos esses países juntos), essas nações buscam conciliar seus interesses econômicos com suas preocupações de segurança. Adotam, portanto, uma estratégia para equilibrar a distribuição de poder na região, buscando o respaldo dos EUA, um ator com grande interesse na região (PEREIRA, 2022).

A reorientação estratégica focada na Ásia enfatizou a necessidade de reforçar a postura regional dos EUA e de modernizar a rede de aliados e parceiros, a partir de uma abordagem coletiva de segurança, contribuindo para o desenvolvimento de novas capacidades de defesa, a fim de conter a ascensão da China. Assim, o Pentágono, para compensar as limitações do poder militar dos EUA, busca alcançar uma “vantagem estratégica assimétrica”, com o fortalecimento dos aliados e parceiros, de forma a poder contribuir com um equilíbrio coletivo de poder. (AZZI, 2023, p.15)

Assim como os países do Sudeste Asiático, a China enfrenta há anos disputas territoriais com a Índia, o que também tem contribuído para a complexa dinâmica geopolítica da região. Especialmente ao longo de sua fronteira comum, onde ambos os países têm disputas territoriais e que ocorreram confrontos militares em áreas como o vale de Galwan. Esta tensão não é um fenômeno recente na geopolítica, mas decorre de rivalidades históricas existentes entre ambos os países. A Índia, por exemplo, busca expandir sua presença na região do Oceano Índico, vista como uma área de influência tradicional indiana. Enquanto isso, a China busca consolidar sua

presença na Ásia Central e do Sul, onde vê a Índia como um concorrente geopolítico. Essas tensões têm levado ambos os países a fortalecerem suas capacidades militares e formarem alianças estratégicas com outros atores regionais e globais, como os Estados Unidos e a Rússia (RAMOS, 2018).

Assim como as disputas territoriais no Mar do Sul da China, a região da Caxemira ganha destaque pois também tem um grande impacto nas tensões entre China, Índia e Paquistão. A Caxemira é uma região montanhosa localizada na fronteira entre Índia, Paquistão e China, e tem sido objeto de conflitos e disputas territoriais há décadas. Tanto a Índia quanto o Paquistão reivindicam a Caxemira como parte de seu território, enquanto a China também mantém uma reivindicação territorial sobre uma parte da região, conhecida como Aksai Chin. O Paquistão, por sua vez, mantém uma aliança estratégica com a China, o que tem levado a um alinhamento mais estreito entre esses dois países em relação à questão da Caxemira (RAMOS, 2018).

A Índia tem na centralidade de sua política de segurança de potência emergente o Paquistão como adversário geopolítico. Países que produzem relações próximas com o país vizinho podem ser alvos de tensões, o que ocorre expressivamente com a China. O Corredor Econômico China-Paquistão, conjunto de obras de infraestrutura que ligam ambos os países, com destaque para o Porto de Gwadar no Paquistão, cujas operações são de direito chinesas até 2055. Contudo, tal conjunto passa pela Caxemira, ocupada pelo Paquistão, mas reivindicada pela Índia. Além disso, o Colar de Pérolas da China, conjunto de instalações militares e comerciais de relações chinesas no Indo-Pacífico chegando à costa do continente africano, é visto como um problema de soberania indiano, uma vez que neste se incluem portos indianos, outros pontos de conflito são a oposição chinesa ao empréstimo em 2009 no Banco de Desenvolvimento Asiático que financiaria a execução de projetos indianos em Arunachal Pradesh, área em disputa entre as duas partes (CARRACO, 2022, p.36-37).

Como visto, a relação intrincada China-Paquistão-Índia, não apenas afetam as relações entre os países diretamente envolvidos, mas também têm repercussões mais amplas para a estabilidade e segurança da região da Ásia Meridional. Entretanto mesmo que essas tensões pareçam sobre a região, conforme observado por Pautasso e Cepik (2022), “mesmo percebendo a China como seu concorrente de longo prazo mais significativo, Nova Delhi não tem grandes disposições para sustentar confrontos com Pequim - especialmente fora da região do Oceano Índico.”. Portanto, os conflitos regionais entre China e Índia permanecem estagnados, sem que haja uma iniciativa para um confronto real. Apesar de ainda continuarem a influenciar a dinâmica geopolítica da Ásia, com possíveis implicações para a estabilidade e segurança da região.

Por outro lado, entretanto, a Índia não tem tradição de alinhamento que não esteja amparado em cálculos de custo-benefício para a sua segurança e desenvolvimento. Neste sentido, os custos de confrontar simultaneamente o Paquistão e a China (e,

eventualmente, a Rússia) são muito desproporcionais em relação aos benefícios que poderiam advir. Dificilmente as concessões econômicas e a ajuda militar justificariam a Índia adotar uma posição de alinhamento exclusivo com os Estados Unidos, passando, por exemplo, a interditar a cooperação na Organização para a Cooperação de Xangai, da qual faz parte desde 2017 (PAUTASSO, CEPIK, 2022).

Ao compararmos os orçamentos militares da China, Paquistão e Índia, fica evidente que o orçamento militar chinês é 70% maior do que os demais. Essa disparidade ressalta a superioridade do orçamento militar chinês em relação aos seus vizinhos na região da Ásia Meridional (SIPRI, 2024).

Essa supremacia militar da China suscita outras preocupações, especialmente no que diz respeito à questão territorial entre China e Taiwan. O aumento dos gastos militares sugere uma postura mais assertiva e expansionista por parte do governo chinês do que uma postura pacifista. Isso gera uma maior pressão sobre Taiwan, que é vista por Pequim como uma província separatista e cuja independência é uma das principais preocupações do governo chinês, em consonância com a política de “Uma Só China” já anteriormente mencionada.

Assim como a Índia, Taiwan busca apoio de potências extrarregionais para mitigar o expansionismo chinês, com os EUA por exemplo. O Japão também se envolve nessa dinâmica, mantendo laços estreitos com Taiwan e se posicionando como defensor de sua democracia, como já visto em discursos diplomáticos. Essa interação entre os atores regionais e extrarregionais reflete um delicado equilíbrio de poder, onde cada país busca salvaguardar seus interesses estratégicos e preservar sua soberania frente às ambições expansionistas da China.

Nesse contexto, é fundamental reconhecer que a estabilidade e segurança da região estão intrinsecamente ligadas à capacidade dos atores regionais de promoverem um diálogo construtivo e manterem um equilíbrio de poder que evite o surgimento de conflitos de larga escala. Como vimos, faz parte da política externa de defesa da China, a Coexistência Pacífica. No entanto, é pertinente questionar por quanto tempo a nação será capaz de sustentar essa condição, especialmente considerando o contexto já marcado por instabilidade, no qual observamos seus vizinhos, em uma tentativa de conter seu expansionismo, se aliando a outras potências.

#### **4. Uma relação triangular: China, Brasil e EUA**

A tensão percebida pelos EUA em relação à aproximação sino-brasileira também pode ser um dos fatores que influenciam a limitação da parceria estratégica reduzida nas relações econômicas. A avaliação de Cordesman (2018) sobre a dinâmica entre a China e os Estados Unidos apresenta uma perspectiva fundamental para entender o equilíbrio de poder global e as

escolhas que essas duas potências enfrentam em relação à sua relação bilateral. Ele resumiu essas escolhas como os quatro "c": conflito, contenção, competição e cooperação. Em síntese, a decisão diante da qual a China e os Estados Unidos se encontram resume-se a escolher entre aumentar a sensação de insegurança no sistema ou competir e lidar com as disputas de maneira cooperativa. Uma análise das recentes disputas indica que ambas as partes têm escolhido a estratégia de contenção, procurando limitar e conter a influência e o poder uma da outra. Contudo, essa abordagem pode resultar em tensões crescentes e tornar o dilema de segurança mais instável, com possíveis riscos de conflito (CORDESMAN, 2018).

Embora as análises apontem para a estratégia de contenção por parte da China, é interessante observar que, em seu discurso oficial, a China argumenta que a cooperação é a única alternativa viável para resolver as disputas econômicas entre China e EUA (CHINA, 2018). Como afirma os autores Shoujun e Cepik (2023),

O realismo prevê que a China não desafiará o domínio militar dos EUA no Hemisfério Ocidental. A RPC não tem a intenção nem os meios para projetar um poder militar significativo na América Latina. Nenhuma das mudanças doutrinárias, organizacionais e de estrutura de forças comandadas pelo Grupo Dirigente da Defesa Nacional e Reforma Militar desde 2015 indicam o contrário (Cordesman e Kendall 2017). Mesmo os mais ferrenhos defensores da contenção reconhecem a natureza não militar da “ameaça” da China aos interesses dos EUA na ALC (Ellis 2018). Portanto, a economia e a diplomacia são cruciais nesta região. A política da China na ALC é parte integrante da sua grande estratégia global (Poh e Li 2017). Além disso, esta estratégia tem sido muito bem sucedida (SOUJUN; CEPIK, 2023, p.7).

A recepção inicial dos EUA à presença chinesa na América Latina e no Caribe não foi predominantemente conflituosa, uma vez que a entrada na China na região foi durante o abandono relativo da região por parte dos países desenvolvidos, “não há uma política estruturada para a América Latina, o que para muitos na região é considerado algo positivo, tendo em conta um histórico intervencionista e desestabilizador que marcou parte da política norte”. No entanto, houve uma mudança nessa tendência, resultando em maior tensão e predisposição para conflitos (MAGNOTTA, 2019). Embora a China seja uma grande parceira econômica e credora da região, os EUA ainda mantêm uma presença militar e de defesa muito mais forte (JUNIOR; DO PRADO MENDONÇA, 2015; KOLESKI; BLIVAS, 2018).

No âmbito das Forças Armadas brasileiras, no entanto, a tradição da cooperação na área de defesa com o eixo ocidental e as complementaridades entre o Brasil e os EUA, no que tange à indústria brasileira de defesa, são componente fundamental da sua doutrina militar e da sua estratégia para a inserção internacional do Brasil. Em que pese a diversificação de parcerias nas últimas décadas, as Forças Armadas e a indústria de defesa dos EUA seguem sendo os parceiros preferenciais da cooperação militar brasileira e da formação de oficiais militares. Nesse particular, é importante lembrar que o Brasil sempre franqueou o seu irrestrito apoio e a sua inarredável

solidariedade aos EUA nos momentos mais complexos da vida nacional americana, perpassando da Segunda Guerra Mundial aos ataques terroristas de 11 de setembro. Igualmente, o Brasil lutou ao lado dos aliados na Segunda Guerra e, em particular, ao lado das tropas americanas contra soldados da Alemanha nazista na Itália. (KALOUT; MARTINS DA COSTA, 2022, p. 82)

Atrelado a isso, o Brasil foi classificado como "aliado prioritário extra-OTAN". O termo refere-se a uma designação dada pelos Estados Unidos a países com os quais mantêm uma relação estratégica estreita, mesmo que esses países não sejam membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), reconhecendo sua importância como parceiro na região da América Latina e em questões globais de segurança. Isso não implica automaticamente em obrigações formais com a OTAN, mas destaca a parceria estratégica entre o Brasil e os EUA em áreas de segurança, defesa e cooperação militar. Essa designação fortalece laços bilaterais, facilitando o compartilhamento de informações e a cooperação em questões de defesa e segurança (BRASIL, 2019).

Do ponto de vista dos Estados Unidos, no contexto das lideranças sul – americanas, onde alguns líderes assumem um discurso ou uma política de maior confrontação em relação aos Estados Unidos, o Brasil é visto por alguns *policy makers* norte-americanos como um potencial força moderadora na região. O fato de Brasil e Estados Unidos não terem sempre a mesma visão sobre a agenda e os temas das relações hemisféricas e globais, não impede de chegarem a entendimentos e parcerias em assuntos específicos como energia, educação, defesa, entre outros (JUNIOR; DO PRADO MENDONÇA, 2015, p. 52).

O Brasil pode tentar equilibrar essas relações, mantendo sua parceria estratégica com os EUA enquanto busca preservar os laços comerciais e de cooperação com a China. Esse equilíbrio pode ser desafiador, já que políticas de segurança e defesa podem ser sensíveis e criar atritos entre os interesses dos EUA e da China na região. No entanto, é importante notar que, embora essa classificação reforce os laços entre Brasil e EUA em questões de segurança, não implica necessariamente em uma mudança drástica na relação do Brasil com a China. As parcerias comerciais e de cooperação entre o Brasil e a China continuam sendo um pilar fundamental e estratégico para ambas as nações, e qualquer alteração dependerá do equilíbrio político e diplomático que o Brasil buscará manter entre esses dois parceiros globais. O caminho para o futuro parece seguir uma abordagem estritamente empresarial para aqueles países que são mais alinhados aos EUA, especialmente considerando a percepção negativa que envolve a presença chinesa (SHOUJUN; CEPIK, 2023).

Apesar de alertas sobre ameaças crescentes, Tokatlian (2018) destaca a solidez da preponderância militar dos EUA na região, afirmando que nenhuma outra potência, especialmente uma externa, tem a capacidade militar comparável à dos EUA.

A securitização americana da presença da China na América Latina é consistente com a atual grande estratégia ofensiva e revisionista dos EUA. Pequim tentará evitar o confronto. Ao mesmo tempo, não se retira da Ásia, África e América Latina. Até agora, as potências regionais latino-americanas carecem de uma estratégia para orientar as suas relações com a China (SHOUJUN; CEPIK, 2023, p.19).

Embora a política da China pareça inicialmente uma tentativa de desafiar os EUA, analistas mais recentes sugerem uma abordagem mais voltada para a cooperação Sul-Sul. A China, por meio dos seus *Policy Papers*, busca mostrar suas intenções com a região por meio de um diálogo recíproco. No entanto, dois fatores principais limitam aprofundar a cooperação na área de defesa: a dinâmica econômica entre os países, que não considera urgente a discussão do tema em questão; e a sólida relação do Brasil com os EUA, bem como a posição defensiva dos EUA em relação à presença chinesa na região. A China também considera cautelosamente a sombra que a Doutrina Monroe deixou, a qual defende a predominância dos EUA no continente americano, ao abordar sua presença na região.

Consequentemente, a estratégia que melhor responde a esse dilema, isto é, que melhor traduz a defesa do interesse nacional brasileiro por sua política exterior, é definitivamente a busca de uma relação equilibrada e aprofundada com os Estados Unidos e a China, diversificando a inserção internacional do Brasil e retirando de cada parceiro o melhor que cada um deles pode oferecer para a consecução dos nossos interesses nacionais. (KALOUT; MARTINS DA COSTA, 2022, p.85)

Com o início do governo Lula em 2023 e sua visita à China, há uma tendência crescente de fortalecimento na relação entre Brasil e China. Durante essa visita, foram assinados diversos acordos relacionados à CTI, abrangendo o desenvolvimento do CBERS 6 (projeto de satélite sino-brasileiro), cooperação em pesquisa e inovação, tecnologia da informação, comunicação e um amplo plano de cooperação espacial até 2032. Os acordos destacam a importância de vários setores, como nanotecnologia, energia limpa, inteligência artificial, biotecnologia, cidades inteligentes, entre outros, indicando várias esferas de possível cooperação. O avanço mais notável foi na área espacial, foco da atuação chinesa na América Latina. Ainda que a cooperação espacial e a cooperação em defesa podem se sobrepor em alguns aspectos, especialmente em tecnologias avançadas e em situações em que os interesses estratégicos de defesa estão ligados à exploração ou vigilância de regiões específicas do espaço, nenhum acordo formal foi firmado em matéria de defesa e segurança (CHIANCA DANTAS, 2023).

Enquanto a China é aceita como parceira comercial sem questionamentos por parte de seus parceiros, questões relacionadas à defesa e segurança costumam receber críticas e têm menor aceitação, vistas com certa desconfiança, principalmente devido às relações militares de

longa data que muitos países da América Latina mantêm com os EUA. Isso acontece em parte devido a preocupações geopolíticas, históricas e estratégicas, onde a influência dos Estados Unidos tende a moldar as percepções sobre relações de defesa com outros países, especialmente com aqueles vistos como potenciais competidores ou desafiadores de seu papel na região. Essa dinâmica muitas vezes cria um ambiente limitado para a China estabelecer relações de defesa abertas com algumas nações, mesmo que existam interesses mútuos (KALOUT; MARTINS DA COSTA, 2022).

É evidente que para o Brasil, a postura de não se alinhar diretamente com nenhuma das partes proporciona uma certa versatilidade no cenário internacional. De acordo com Azzi (2023, p. 26),

Deixar de se alinhar não significa neutralidade e, portanto, não impede o país de adotar uma postura sobre determinadas questões internacionais. Esse posicionamento diplomático, pautado no grau de autonomia estratégica que o país possui e nos arranjos bilaterais e coletivos de cooperação que possui, permite que ele possa evitar o alinhamento automático com qualquer dos principais *players mundiais*, garantindo flexibilidade e fazendo prevalecer os interesses nacionais na condução de sua política externa.

Portanto, mesmo que se reconheça que a cooperação em defesa esteja restrita, o que se pode afirmar é que “a China se tornou o parceiro comercial mais importante para a maioria dos países do mundo, fazendo com que a força gravitacional de seu peso econômico seja inevitável.” (AZZI, 2023, p.24). Dessa forma, a postura da China em relação ao Brasil é caracterizada por uma abordagem não revisionista, porém assertiva, visando intensificar suas conexões comerciais e financeiras. Esse movimento se traduz na construção de uma nova ordem econômica global, onde a China se posiciona como um epicentro de uma vasta rede de transações comerciais e financeiras. Nesse contexto, a América do Sul se destaca como um dos participantes nesse rearranjo econômico mundial, influenciado pela crescente presença chinesa na região (VADELL, 2011).

## 5. Conclusão

O intuito deste artigo era examinar a relação entre a China e o Brasil, explorando se a presença chinesa é principalmente uma parceria econômica ou se possui também aspectos de estratégia de defesa, através da compreensão de como a política externa de defesa chinesa se manifesta nas relações bilaterais com o Brasil. O estudo analisa a ascensão da China como um importante parceiro comercial do Brasil, destacando os benefícios da parceria econômica. Além disso, investiga como essa relação pode estar conectada a estratégias de defesa, além da reação dos EUA frente a esse crescente vínculo nos últimos anos.

À vista disso, entende-se que a cooperação internacional em defesa e segurança se tornou vital em um mundo interligado e interdependente, enfrentando ameaças transnacionais. A relação entre China e América Latina passou por transformações desde o fim da Guerra Fria, com um crescimento exponencial nas relações econômicas. Todavia, a cooperação em segurança e defesa permanece limitada, refletindo uma cautela mútua. Apesar da China não se posicionar como uma potência beligerante, seu crescimento militar e investimentos na América Latina, incluindo o Brasil, levantam questionamentos sobre a verdadeira natureza dessa aproximação.

Nesse contexto, a China tornou-se um ator global extremamente relevante nas últimas décadas. O crescimento econômico substancial permitiu que o país investisse consideravelmente em sua defesa, modernizando suas Forças Armadas e ampliando sua presença internacional. A estratégia chinesa busca equilibrar o fortalecimento militar com o desenvolvimento tecnológico e civil, refletindo um compromisso robusto com a segurança nacional. Analisando sua política externa, vemos que a visão chinesa sobre segurança e estabilidade está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento econômico e social, considerando o *state building* como essencial para a manutenção da paz. Portanto, a política externa chinesa demonstra o seu compromisso com a não intervenção, combinado com um crescente investimento em defesa, refletindo uma estratégia que busca consolidar sua posição como um ator global, mantendo uma abordagem pragmática e orientada para o desenvolvimento.

Considerando as dinâmicas complexas entre China, Estados Unidos, Brasil e América Latina, é evidente que a ascensão da China como potência econômica global tem desencadeado uma série de impactos nas relações internacionais, especialmente na região latino-americana. As estratégias de contenção adotadas tanto pela China quanto pelos Estados Unidos revelam um equilíbrio frágil entre cooperação e competição, com o potencial de criar tensões crescentes que poderiam culminar em conflitos. A posição estratégica do Brasil nesse cenário é complexa. Enquanto mantém uma sólida parceria com os EUA na área de defesa e segurança, sua relação econômica com a China é um pilar importante em sua economia. A busca por um equilíbrio entre esses dois parceiros globais se mostra desafiadora, especialmente considerando as políticas de segurança e defesa sensíveis que podem criar atritos entre interesses divergentes dos EUA e da China na região. As parcerias comerciais e de cooperação com a China continuam sendo fundamentais e qualquer ajuste dependerá do equilíbrio político e diplomático que o Brasil buscará manter entre esses dois parceiros globais.

No entanto, a cooperação em defesa ainda é um território sensível, influenciada pela presença dos EUA na região e pelas relações históricas e geopolíticas estabelecidas ao longo



do tempo. O caminho para o futuro parece demandar uma abordagem estratégica cuidadosa, priorizando o interesse nacional brasileiro em uma política externa equilibrada. A integração regional, o diálogo político e institucional entre os países latino-americanos e a busca por mecanismos transparentes de cooperação podem ser fundamentais para sustentar relações duradouras e estáveis, mesmo diante de mudanças de governo e de conjunturas internacionais variáveis.

Após analisar as complexas relações entre China, Estados Unidos e o Brasil e o como essa relação está inserida na América Latina, é evidente que a ascensão da China como um ator global influente trouxe consigo tensões e oportunidades para a região. O artigo tenta responder a seguinte questão: a parceria estratégica da China é também ao mesmo tempo uma estratégia de defesa? O espaço que a China ocupa na relação com o Brasil é limitado pela presença dos EUA. Conforme a estratégia de defesa da política externa chinesa, vemos que para avançar na cooperação em defesa, a China gradualmente avança e solidifica suas relações econômicas com o Brasil. Conclui-se que a China tem um real interesse em expandir sua influência no Brasil buscando potenciais aliados em questões de defesa, entretanto essa relação devido à forte presença dos Estados Unidos, e envolver questões de defesa e segurança desestabilizariam a região, por isso é um tema tratado com cautela por ambas as partes.

A crescente ascensão da China na América Latina tem sido considerada uma resposta regional à crescente influência dos Estados Unidos e da OTAN na Ásia após o fim da Guerra Fria. Nesse contexto, a China adota uma estratégia pragmática e habilidosa, utilizando sua política oficial de "boa vizinhança" para promover a integração regional e a cooperação com os países latino-americanos. Ao fomentar seu crescimento econômico com parceiros extrarregionais, a China consegue alocar recursos para modernizar suas Forças Armadas, enquanto estabelece alianças em várias regiões do mundo. Essa abordagem demonstra a perspicácia da China ao buscar ganhos duplos: fortalecimento econômico e ampliação de sua influência geopolítica global.

Por sua vez, a estratégia chinesa para alcançar seus objetivos de defesa perpassando laços comerciais, criam desafios à liderança do Brasil na região, especialmente em termos de exportações de *commodities* para a América do Sul, que enfrenta conflitos internos de desintegração comercial e fragmentação política. Assim como, os investimentos chineses em infraestrutura que oferecem oportunidades, mas também podem comprometer a soberania regional. Enquanto isso, essa dinâmica complexa exige uma abordagem estratégica cuidadosa para lidar com os obstáculos e oportunidades presentes nessas relações em constante evolução.

Sendo assim, a crescente influência da China no Brasil não se limita apenas à esfera econômica, mas está intrinsecamente ligada a estratégias de defesa e segurança. A política externa chinesa, que se posiciona de modo pacífico, consolida seu espaço na esfera global, reforçando seu compromisso com o desenvolvimento econômico e a segurança nacional dos seus parceiros. Assim, a relação sino-brasileira não é apenas uma parceria econômica, mas também abraça aspectos de estratégia de defesa, embora de maneira limitada devido à presença de outros atores na região. O futuro dessas relações dependerá da habilidade de equilibrar interesses e construir pontes entre as nações, em um ambiente global cada vez mais interligado e complexo.

## REFERÊNCIAS

AEI, American Enterprise Institute and The Heritage Foundation. **China Global Investment Tracker**. Washington, D.C.; 2021, public policy research. Disponível em: <https://www.aei.org/china-global-investment-tracker/>. Acesso em: 24 ago. 2023

ALDEN, Chris; BARBER, Laura. **Introduction: Seeking Security: China's Expanding Involvement in Security Cooperation in Africa**. In: ALDEN, Chris et al. (org.). *China and Africa*. Cham: Springer International Publishing, 2018. p. 1-10. Available in: [https://doi.org/10.1007/978-3-319-52893-9\\_1](https://doi.org/10.1007/978-3-319-52893-9_1). Acesso em: 30 ago. 2023

AZZI, ENIO MOREIRA. O COMPORTAMENTO ATUAL DAS PRINCIPAIS ALIANÇAS MILITARES NO TABULEIRO GLOBAL. **Centro de Estudos Estratégicos do Exército: Análise Estratégica**, v. 28, n. 1, p. 7-28, 2023.

BBC. **Nicaragua cuts ties with Taiwan in favour of Beijing**. [S. l.], 10 dez. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-asia-59574532>. Acesso em: 12 out. 2023.

BBC. **Taiwan ally Honduras seeks diplomatic switch to China**. [S. l.], 10 dez. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-asia-china-64960744>. Acesso em: 12 out. 2023.

BENABDALLAH, Lina. China's peace and security strategies in Africa: building capacity is building peace?. **African Studies Quarterly**, v. 16, n. 3/4, p. 17, 2016.

BÉRAUD-SUDREAU, Lucie; NOUWENS, Meia. **Weighing Giants: Taking Stock of the Expansion of China's Defence Industry**. *Defence and Peace Economics*, Londres, v. 32, n. 2, p. 151–177, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10242694.2019.1632536>

BERTONHA, João Fábio. A Estratégia Nacional de Defesa do Brasil e a dos outros BRICs em perspectiva comparada. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 56, p. 112-130, 2013.

BITZINGER, Richard; CHAR, James (org.). **Reshaping the Chinese military: the PLA's roles and missions in the Xi Jinping era**. London; New York, NY: wRoutledge/Taylor & Francis Group, 2019. (Asian security studies).

BRASIL, República Federativa do. **Comunicado Conjunto entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China – Pequim, em 12 de abril de 2011.** Brasília, 2011. site oficial. Disponível em: [https://www.gov.br/mre/ptbr/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/comunicado-conjunto-entre-a-republica-federativa-do-brasil-e-a-republica-popular-da-china-pequim-em-12-de-abril-de2011](https://www.gov.br/mre/ptbr/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/comunicado-conjunto-entre-a-republica-federativa-do-brasil-e-a-republica-popular-da-china-pequim-em-12-de-abril-de2011). Acesso em: 9 abr. 2023

BRASIL. **Designação do Brasil como aliado prioritário extra-OTAN pelo governo dos Estados Unidos da América – Nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Defesa.** [S. l.], 2019. Disponível em: [https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2019/designacao-do-brasil-como-aliado-prioritario-extra-otan-pelo-governo-dos-estados-unidos-da-america-nota-conjunta-do-ministerio-das-relacoes-exteriores-e-do-ministerio-da-defesa](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2019/designacao-do-brasil-como-aliado-prioritario-extra-otan-pelo-governo-dos-estados-unidos-da-america-nota-conjunta-do-ministerio-das-relacoes-exteriores-e-do-ministerio-da-defesa). Acesso em: 29 nov. 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Relatório setorial da Defesa no Orçamento de 2023 aponta carência de recursos para institutos militares.** [S. l.], 2022. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/925341-relatorio-setorial-da-defesa-no-orcamento-de-2023-aponta-carencia-de-recursos-para-institutos-militares/>. Acesso em: 29 nov. 2023.

CARARO, João Pedro Fritsch. **A Atuação do Diálogo Quadrilateral de Segurança Frente às Disputas Navais no Mar do Sul da China.** 2022. Trabalho de Conclusão de Curso.

CEBC-Conselho Empresarial BRASIL-CHINA. Investimentos chineses no Brasil 2022. São Paulo, 2023.

CHIANCA DANTAS, A. **Cooperação SUL-SUL entre Brasil e China: Uma análise das iniciativas em ciência, tecnologia e inovação.** Revista Tempo do Mundo, n. 31, p. 257-283, 30 nov. 2023.

CHINA, People’s Republic of. China-Latin American and Caribbean Countries. **Cooperation Plan (2015-2019).** Pequim: Ministry of Foreign Affairs of People’s Republic of China, 2015. Disponível em: [http://www.chinacelacforum.org/eng/zywj\\_3/201501/t20150123\\_6475954.htm](http://www.chinacelacforum.org/eng/zywj_3/201501/t20150123_6475954.htm). Acesso em: 8 set. 2023.

CHINA, People’s Republic of. **China’s Policy Paper on Latin America and the Caribbean.** Pequim: Central Compilation & Translation Press, 2016. Disponível em: [http://www.fmprc.gov.cn/mfa\\_eng/zxxx\\_662805/t1418254.shtml](http://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/zxxx_662805/t1418254.shtml). Acesso em: 8 set. 2023.

CHINA, People’s Republic of. SCO **“Peace Mission 2018” anti-terrorism exercise kicks off in Russia - Ministry of National Defense.** Pequim, 2018. site oficial. Disponível em: [http://eng.mod.gov.cn/news/2018-08/27/content\\_4823426.htm](http://eng.mod.gov.cn/news/2018-08/27/content_4823426.htm). Acesso em: 10 nov. 2023.

CHINA, People’s Republic of. **China’s National Defense in the New Era.** Pequim, 2019.

CHINA, People’s Republic of. **CHINA-CELAC JOINT ACTION PLAN FOR COOPERATION IN KEY AREAS (2022-2024).** Pequim: Ministry of Foreign Affairs of People’s Republic of China, 2021.

CHINA, People’s Republic of China. **The Belt and Road Initiative: A Key Pillar of the Global Community of Shared Future.** Pequim, 2023.

CORDESMAN, Anthony H. **China and the US: Choosing Between the Four “Cs” – Conflict and Containment Versus Competition and Cooperation.** Washington, D.C.: Center for Strategic and International Studies (CSIS), 2018.

CSIS (Washington, DC). CHINA POWER PROJECT (org.). Center for Strategic and International Studies. **What Does China Really Spend on its Military?**. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://chinapower.csis.org/military-spending/>. Acesso em: 20 fev. 2024.

DE STEENHAGEN, Pedro Henrique Vigné Alvarez. **Aspiração do Brasil no Conselho de Segurança da ONU: A busca de um assento permanente e o lançamento da agenda RWP**. Revista Hoplos, v. 7, n. 12, p. 29-49, 2023.

DUARTE, P. **As incursões da China na América Latina e Atlântico Sul/China's incursions in Latin America and the South Atlantic**. Brazilian Journal of International Relations, Marília, SP, v. 5, n. 1, p. 97-123, 2016. DOI: 10.36311/2237-7743. 2016.v5n1.06.p97. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjir/article/view/5944>. Acesso em: 2 nov. 2023.

FALCÃO, Débora Guedes. **A política de segurança dos Estados Unidos para a América Latina: o USSOUTHCOM e a securitização da Venezuela como o centro do círculo vicioso de ameaças**. 2023.

FERCHEN, Matt. **As relações entre China e América Latina: impactos de curta ou longa duração?** Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 19, n. suplementar, p. 105-130, nov. 2011

GONZÁLEZ RODRIGUEZ, Marcia Ivana. **A complexa influência Chinesa na América Latina: desafios e oportunidades para a região**. 2016. Tese de Doutorado.

HIRONO, Miwa. **Exploring the links between Chinese foreign policy and humanitarian action: multiple interests, processes and actors**. HPG - Humanitarian policy group, Working Paper, [S. l.], 2018. Disponível em: <https://odi.org/uk/hpg>. Acesso em: 30 set. 2023.

IORIS, Rafael R.; CEPIK, Marco. **History: The Long Trajectory of a Relationship yet to Be Fulfilled**. China, Latin America, and the Global Economy: Economic, Historical, and National Issues, p. 19-38, 2023.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Iniciativa Cinturão e Rota na América Latina: Entre adesões e hesitações**. Brasília: Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/article/view/382>. Acesso em: 24 ago. 2023.

JAEGER, Bruna Coelho. **O Papel da República Popular da China na Construção de Infraestrutura na América do Sul e os Efeitos sobre a Integração Sul-Americana**. Oikos, v. 14, n. 2, 2015.

JENKINS, R. (2022). **China's Belt and Road Initiative in Latin America: What has Changed?** Journal of Current Chinese Affairs, 51(1), 13-39. <https://doi.org/10.1177/18681026211047871>

JI, You. **The PLA and Diplomacy: unraveling myths about the military role in foreign policy making**. Journal of Contemporary China, Londres, v. 23, n. 86, p. 236-254, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10670564.2013.832526>

JÚNIOR, Haroldo Ramanzini; DO PRADO MENDONÇA, Filipe Almeida. **HEMISFÉRIO EM TRANSFORMAÇÃO: NOVAS DIMENSÕES NA RELAÇÃO ENTRE OS ESTADOS UNIDOS E A AMÉRICA LATINA** in Diálogos sul-americanos: 10 anos da política exterior. Editora Oficina Universitária, 2015.

KALOUT, H.; MARTINS DA COSTA, H. B. **A rivalidade China-EUA e os interesses estratégicos do Brasil**. CEBRI-Revista: Brazilian Journal of International Affairs, [S. l.], n. 2, p. 70-89, 2022. Disponível em: <https://cebri-revista.emnuvens.com.br/revista/article/view/30>. Acesso em: 30 nov. 2023.

KOLESKI, Katherine; BLIVAS, Alec. **China's Engagement with Latin America and the Caribbean**. Washington, D.C: US-China Economic and Security Review Commission, 2018.

LIU, Tony Tai-ting. Public Diplomacy: China's Newest Charm Offensive. In: JOHANSON, Daniel; LI, Jie; WU, Tsunghan. **New Perspectives on China's Relations with the World National, Transnational and International**. Bristol: E-International Relations, 2019.

MAGNOTTA, Fernanda Petená. **A política dos Estados Unidos para a China na América Latina no início do século XXI: acomodação versus confrontação**. 181 f. 2019. Doutorado em Relações Internacionais - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2019.

MARTINS, Fábio Teixeira Costa Souto. **A participação da China no mercado de defesa da América do Sul como vetor de sua expansão geopolítica**. 2020.

PAUTASSO, Diego; CEPIK, Marco. **Indo-Pacífico: entre a estratégia estadunidense e a resposta chinesa**. PENSAMIENTO PROPIO, v. 54, p. 46.

PAUTASSO, D.; SOARES NOGARA, T.; RENATO UNGARETTI, C.; DORIA, G. **A Iniciativa do Cinturão e Rota e os Dilemas da América Latina**. Revista Tempo do Mundo, n. 24, p. 77-106, 10 mar. 2021.

PEREIRA, Paulo Luís Almeida. **O Mar do Sul da China a emergência do poder militar da China e a reconfiguração do equilíbrio de poder na região**. 2022.

PINI, André Mendes. **A crescente presença chinesa na América Latina: desafios ao Brasil**. 2015.

RAMOS, Lurian Pinheiro et al. **China e Índia: relações entre as principais potências da Ásia no século XXI**. 2018.

RIBEIRO, Renata Corrêa. **Aliança tecnológica com a China na área espacial: os 30 anos do Programa CBERS (1988-2018)**. 2020.

ROBERTO, Lucas Correia Costa. **O papel desempenhado pela Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN) na relação bilateral Brasil-China**. 2022.

SHOUJUN, Cui; CEPIK, Marco. **China's Foreign Policy Toward Latin America: Context, Decision, Implementation**. In: China, Latin America, and the Global Economy: Economic, Historical, and National Issues. Cham: Springer International Publishing, 2023. p. 87-112.

SILVA, Antônio Henrique Lucena. A China e o seu processo de modernização militar. **Revista Defesa e Segurança**, v. 2, p. 207-231, 2017.

SIMÕES DE MORAES LIMA, Leticia Cordeiro. **Conflitos no Mar do Sul da China: o que o Brasil tem a ver com isso?**. Revista Neiba, Cadernos Argentina Brasil, [S. l.], v. 7, n. 1, p. e41009, 2019. DOI: 10.12957/neiba.2018.41009. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/neiba/article/view/41009>. Acesso em: 05 fev. 2024.

SIPRI - STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE. SIPRI: **Military Expenditure Database**. Disponível em: <<https://www.sipri.org/databases/milex>>. Acesso em 02 fev. 2024

TOKATLIAN, Juan Gabriel. **El Pentágono y América Latina**. Buenos Aires, 2018. Site de notícias. Disponível em: [https://www.clarin.com/opinion/pentagono-americalatina\\_0\\_S1SPULhPX.html](https://www.clarin.com/opinion/pentagono-americalatina_0_S1SPULhPX.html). Acesso em: 10 abr. 2023.

U.S. DEPARTMENT OF DEFENSE. Office of the secretary of defense. Annual Report to Congress: **Military and Security Developments involving the People's Republic of China**. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://www.defense.gov/Spotlights/2023-China-Military-Power-Report/>. Acesso em: 24 ago. 2023.

VADELL, Javier. A China na América do Sul e as implicações geopolíticas do Consenso do Pacífico. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, p. 57-79, 2011.

VADELL, Javier et al. O papel da cooperação da China na transformação estrutural do sul global. **Geosul**, v. 35, n. 77, p. 451-475, 2020.

VIEIRA, Victor Carneiro Corrêa. **A humilhação nacional como instrumento de construção da identidade e da estabilidade política na China**. *Diálogos*, v.22, n.3, p. 128-148. 2018. Disponível em: <https://periodicos.uem.br>. Acesso em: 30 set. 2023.

WANG, Xuejun. **Developmental Peace: Understanding China's Africa Policy in Peace and Security**. In: ALDEN, Chris et al. (org.). *China and Africa*. Cham: Springer International Publishing, 2018. p. 67–82. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/978-3-319-52893-94>. Acesso em: 25 out. 2023.

WITS, (World Integrated Trade Solution). **Detailed Country Analysis | WITS | Visualization**. Washington D.C., 2021. banco de dados. Disponível em: <http://wits.worldbank.org/visualization/detailed-country-analysis-visualization.html>. Acesso em: 9 out. 2023.